



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



**PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE DIAMANTINA, MINAS GERAIS**

CYNTIA MEIRELES DE OLIVEIRA; DANIEL FERREIRA DA SILVA; DIEGO CORRÊA PACHECO  
ALEIXO DE ALMEIDA; CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA;

EMATER

DIAMANTINA - MG - BRASIL

cyntiamei@hotmail.com

PÔSTER

Desenvolvimento Rural, Territorial e regional

**Participação e desenvolvimento: uma análise do perfil dos representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Diamantina, Minas Gerais**

**Grupo de Pesquisa 9:** Desenvolvimento Rural, Territorial e regional.

Resumo

A região do Vale do Jequitinhonha apresenta uma grande riqueza cultural, embora seja uma das regiões mais pobres do Estado de Minas, o que pode ser corroborado conforme seu índice de Desenvolvimento Humano - IDH, oscilando em torno de 0,465. Este espaço é caracterizado pela marcante presença de agricultores familiares, representando cerca de 50% do total da população economicamente ativa da região. O presente artigo propõe discutir a formação e atuação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS enquanto espaços propulsores de ações interventoras mais efetivas quanto às necessidades das comunidades rurais; para tanto se toma como unidade desta análise o CMDRS de Diamantina - MG. Para composição deste trabalho foram efetuadas entrevistas com informantes-chaves, quer sejam, os conselheiros, bem como o uso do método de observação participante. A principal inovação analisada foi a democracia participativa, ressaltando-se, entretanto, alguns entraves a sua efetivação e que dizem respeito às dificuldades de representação dos agricultores frente ao intercâmbio com os representantes de organizações governamentais, o que ocasionam níveis de interação diferenciados no âmbito deste Conselho. Superando-se esses



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



entraves, as interações constituem ponto de partida para formulação das estratégias de planejamento e gestão dos agricultores familiares.

Palavras-chaves: Agricultura familiar; Planejamento Rural; Política Local; Vale do Jequitinhonha.

#### Abstract

The area of the valley of Jequitinhonha presents a great cultural wealth, although it is one of the areas more poor of the State of *Minas Gerais*, what can be corroborated her index of Human Development accordingly - IDH, oscillating around 0,465. This space is characterized by the outstanding presence of family farmers, acting about 50% of the total of the population economically active of the area. The present article intends to discuss the formation and performance of Municipal Council of Maintainable Rural Development - CMDRS while spaces propellers of actions more effective intervenors as for the needs of the rural communities; for so much it is taken about unit of this analysis CMDRS of *Diamantina* - MG. For composition of this work interviews were made with key informers, he wants are, the counselors, as well as the use of the method of participant observation. The main analyzed innovation was the democracy participation, being stood out, however, some impediments his execute and that they concern the representation difficulties of the farmer's front to the exchange with the representatives of government organizations, what causes interaction levels differentiated in the extent of this Council. Being overcome those impediments, the interactions constitute starting point for formulation of the planning strategies and the family farmers' administration.

Key-Words: Family agriculture; Rural planning; Local politics; Valley of Jequitinhonha.

## 1. INTRODUÇÃO

A partir do modelo de desenvolvimento centro-periferia, de divisão internacional do trabalho, o Brasil, na década de quarenta, ocupava no cenário internacional, o papel de exportador de matérias-primas e de produtos primários, com vistas ao abastecimento do mercado internacional industrializado. É neste cenário que se pode compreender a inserção da chamada revolução verde, cujo suporte era importado de países onde as pesquisas e os serviços de difusão tecnológica estavam mais desenvolvidos, com vistas a modernizar o setor agrícola brasileiro, via incremento das bases produtivas, notadamente, por meio da mecanização, da genética e do uso de insumos químicos.

Especificamente, no que tange o modelo agrícola, instaura-se a questão da modernidade enquanto medida de desenvolvimento. Portanto, o inovador passa a ser sinônimo de moderno e, conseqüentemente, desenvolvido; já o tradicional sinônimo de atraso. Este sem possibilidade de incutir em seu modo de produção plenamente o modelo, já que grande parte do segmento da chamada agricultura familiar não produzia para a exportação e não dispunha dos recursos financeiros necessários para a aquisição



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



completa do pacote, é excluída do processo *pari passu* ao privilegiamento dos chamados produtores de *commodities*, ou seja, o setor de grande produção, principal segmento beneficiado por tal modelo de desenvolvimento.

Com a falácia desse modelo de desenvolvimento eminentemente econômico e cujo único parâmetro era o aumento de produtividade, insere-se também a perspectiva social enquanto medida de desenvolvimento. Assim, a necessidade de inclusão social e a efetiva possibilitação de qualidade de vida e cidadania, tornam-se metas precípuas a serem alcançadas e conquistadas, notadamente, pelas classes menos favorecidas.

O marco histórico institucional desse processo é a Constituição brasileira de 1988. Segundo Oliveira (2004), a partir dela, o Estado introduz novos instrumentos de planejamento e gestão das políticas públicas, onde a sociedade passa a se constituir enquanto sujeito ativo na pauta de negociação das ações e no seu controle. É neste momento que se pode averiguar a institucionalização dos conselhos gestores nas esferas tanto federal, assim como estadual e municipal. Neste contexto, toma corpo experiências em que o nível local torna-se efetivo nas abordagens de construção de desenvolvimento. Assim, o processo passa a ser construído a partir do próprio *locus*, de suas demandas, de sua práxis e de suas peculiaridades.

Conforme Matos (2003), esses conselhos constituem a chamada organização de base, lugar onde se pratica uma democracia direta, em que os indivíduos podem falar por si mesmos em pequenos espaços coletivos locais. Este espaço além de criar laços afetivos entre seus participantes e a construção de histórias individuais e grupais, possibilita a reflexão crítica das experiências coletivas, constituindo sujeitos sociais autônomos que se relacionam com outros sujeitos sociais, com autoridades instituídas e com outros segmentos da sociedade.

## 1.1. Objetivo

O presente trabalho tem por objetivo evidenciar o perfil e a participação dos Conselheiros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS do município de Diamantina, Minas Gerais, no delineamento das estratégias com vistas alcance dos objetivos de melhoria da qualidade de vida, geração de renda e, conseqüentemente, desenvolvimento para a sociedade rural.

## 1.2. Justificativa

A mesorregião do Vale do Jequitinhonha é caracterizada por extrema disparidades social, que passa por questões culturais, políticas e ambientais, no que tange o aspecto social, podemos constatar o seu Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, oscilando em torno de 0,465, segundo o IBGE (2000). Portanto, intervenções que visem à inclusão social das comunidades desse microcosmo são de extrema valia para o seu desenvolvimento social, econômico, científico e cultural.

Destarte, buscando a institucionalização de um espaço para discussão e elaboração de políticas para a agricultura familiar que fossem mais condizentes com suas demandas, foi constituído em 2001, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Diamantina, Minas Gerais. Atualmente dentre as 88 comunidades



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



do município de Diamantina, 33 possuem associações agrícolas e não agrícolas, sendo que no CMDRS participam os representantes de 22 associações, além da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – EMATER-MG, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, da Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha – FEVALE e da Organização Não Governamental Projeto Caminhando Juntos - PROCAJ.

Apesar das possibilidades do estabelecimento de intervenções mais efetivas no alcance das demandas das comunidades rurais, visualizam-se alguns entraves ao processo quer sejam a questão da própria distância das comunidades ao CMDRS, o que, conseqüentemente, impõe dificuldades no deslocamento e na participação em reuniões; e também, influências externas quanto à composição do conselho que podem vir a afetar a legitimidade da chamada democracia representativa.

Assim, o presente trabalho assume para si a responsabilidade de delinear um perfil dos conselheiros representantes das associações e instituições que atuam no meio rural, a fim de facilitar a compreensão da real função do conselho para o Desenvolvimento do meio rural do município de Diamantina – MG.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

Abordaremos nesta revisão de literatura o paradigma da participação, principalmente no que tange o delineamento das propostas de intervenção no Desenvolvimento Local. Para tanto será necessário a contextualização histórica que se insere o CMDRS, que será nos tópicos a seguir.

### **2.1. Descentralização e Participação: a contribuição dos conselhos para o Desenvolvimento Local**

A descentralização política juntamente com a maior participação social nas decisões de políticas públicas foram um dos principais discursos defendidos na redemocratização brasileira. Diversos atores sociais defendiam a maior participação dos municípios nas decisões, por meio de espaços institucionais que permitissem uma maior participação, visto que os municípios estavam mais pertos da realidade local.

Com a promulgação da constituição brasileira de 1988, os municípios conseguiram uma maior autonomia para interferir em políticas públicas locais, podendo priorizar políticas que atendam a real demanda do município. Contudo, o advento da descentralização fornece uma importante arma para a sociedade, o direito de auxiliar o poder público local em direcionar as ações prioritárias para a comunidade.

Nesse contexto surgem os conselhos municipais, que podem ser visto como a principal inovação institucional das políticas públicas da redemocratização brasileira. Apesar dos problemas existentes os conselhos têm um poder de transformação muito grande, colocando em pauta problemas até então negligenciado (ABRAMOVAY, 2001).



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



Pode-se exemplificar a implementação da política pública federal de Fortalecimento da Agricultura Familiar, intitulada PRONAF, que inicialmente era apenas uma linha de crédito para agricultores familiar. O PRONAF surge como uma das maiores reivindicações dos movimentos sociais (ABRAMOVAY, 2001), esse programa tem como finalidade prover crédito e apoio aos pequenos agricultores, classe que estava às margem da economia durante a década de 80.

Em 1996 foi criada a linha infra-estrutura, linha que visa fortalecer a agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento rural. O PRONAF por meio desta linha, objetiva estabelecer parceria entre o município e a sociedade civil, para o fortalecimento das organizações municipais e com isso criar, implantar e fiscalizar um programa para o desenvolvimento rural.

Uma das exigências para que o município recebesse o financiamento via PRONAF (linha infra-estrutura e serviço aos municípios) é que seja criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, esses conselhos são visto como local onde serão debatidos temas relevantes as necessidades da comunidade rural local, sendo integrantes destes conselhos, a sociedade civil (representada pelos agricultores familiares), representantes governamentais e representante de entidades civis. Tais conselhos surgem como um canal de interlocução entre a sociedade, inclusive categorias até então marginalizadas, e o poder público

## **2.2. A formação e organização dos Conselhos de Desenvolvimento Rural**

Os desafios impostos aos agricultores familiares, como acesso a mercados, acesso a créditos, as boas práticas agronômicas sustentáveis, exigem que estes atores sociais estejam cada vez mais organizados, para mediar a aplicação dos recursos públicos, priorizando as metas construídas de forma coletiva, a fim de discutir alternativas e soluções para a otimização da cadeia produtiva voltada ao atendimento da agricultura familiar. Para tanto, se faz necessário a participação de toda sociedade civil organizada e a administração pública, na ótica da descentralização do Estado, visto que as teorias econômicas do desenvolvimento chegaram ao limite do empobrecimento, imprecisão e inconclusividade, conforme afirma Becker (2003:100).

Para tanto, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, têm como atribuição discutir soluções e alternativas para os problemas do meio rural, além de promover a promoção social criando e apoiando programas e projetos que impulsionem o desenvolvimento rural sustentável (EMATER-MG, 2006). Estes Conselhos passam a ser a grande ferramenta do agricultor familiar na conquista do bem estar socioeconômico, visto que a competitividade depende da capacidade política das instituições e organizações regionais de impulsionarem a melhor estratégia para o desenvolvimento sustentável (BECKER, 2003:90).

Cabe notar que na composição do Conselho, tem-se uma transição da democracia participada para a democracia participante, como aponta Becker (2003:108), de modo que as decisões dos conselheiros sejam representativas da comunidade, a fim de evitar que os interesses pessoais deles se confundam com o interesse coletivo, conforme afirma Olson (1999). Logo, é de fundamental importância direcionar atenção especial para a formação dos conselheiros, enfatizando suas





**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



responsabilidades e atribuições, para que eles possam aumentar o nível das discussões nas comunidades, fortalecendo assim os próprios Conselhos, aumentando a sua credibilidade, evitando que eles sejam minados pelo auto-interesse que é a “Ferrugem da Sociedade” (ELSTER, 1994:174). Já que, segundo Becker (2003) é por essa passagem de reconhecimento que as condições objetivas transformam-se em subjetivas, que o sujeito se torna livre, uma vez que passa da experiência à consciência, e, por isso, se põe em condições de transformar a realidade.

Os Conselhos Municipais são organismos colegiados de caráter deliberativo, ou seja, organismos que "atuam e decidem pela manifestação conjunta e majoritária da vontade de seus membros". São verdadeiros mecanismos de participação comunitária, vez que permitem à sociedade um maior poder de influir na política rural municipal além de possibilitar uma maior atuação direta na persecução dos vários interesses deste setor.

Tais conselhos têm como função a elaboração de um Plano de Desenvolvimento rural, que deve conter diagnóstico do município e da agricultura familiar. Os conselhos são formados por representante governamentais e da sociedade civil. Segundo Abramovay (2001), a grande maioria dos conselhos foi formada a partir do ano de 1997, após a criação linha infra-estrutura e serviço aos municípios do PRONAF, pois era exigência para que o município recebesse esta Linha. Esta vinculação remete a diversas indagações que serão debatidas posteriormente.

Os conselhos de desenvolvimento rural são divididos em três esferas: esfera federal, esfera estadual e esfera municipal.

Na esfera federal, o desenvolvimento federal é regido pelo CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável). O CONDRAF foi criado pelo decreto de nº 4854, de 8 de outubro de 2003, suas principais finalidades são: formular políticas públicas estruturais de responsabilidade do MDA, constituir um espaço de articulação entre a sociedade civil e os diferentes níveis de governo, propor estratégias de avaliação, participação e acompanhamento na deliberação das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável.

Os objetivos do CONDRAF são os seguintes: superação da pobreza por meio de geração de renda, diversificação das atividades econômicas e sua articulação dentro e fora do território nacional, a adoção de instrumentos de participação e controle social nas fases estratégicas de planejamento e de execução de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável.

A estrutura de funcionamento e deliberação dos conselhos compõe-se de: Plenário, secretaria, comitê e grupos temáticos.

Na esfera estadual, no caso do estado de Minas Gerais, o desenvolvimento rural é articulado pelo CEDRS (Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais), criado em 01 de março de 2001, por meio do Decreto n.º 41.557, posteriormente alterado pelo Decreto nº 43.500, de 05 de agosto de 2003 e pelo Decreto 44.114, de 01 de dezembro de 2006, e vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tem a finalidade de coordenar, na órbita estadual, as ações inerentes ao desenvolvimento rural do Estado, bem como acompanhar a execução dos programas de desenvolvimento da agricultura familiar e da reforma agrária.



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



As principais atribuições do CEDRS são as seguintes: Deliberar o plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável, Elaborar proposta pública de desenvolvimento agrário e da agricultura familiar, articular e orientar os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural articular-se com outros conselhos e órgãos que realizam ações que tenham como objetivo a promoção da cidadania rural. O CEDRS é formado pela seguinte estrutura: Plenário, Secretaria executiva, câmaras técnicas.

No âmbito municipal, o desenvolvimento sustentável rural tem como gestor os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, como é o caso do município de Diamantina.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Diamantina foi criado pela Lei Municipal nº 2703, de 26 de outubro de 2001 e reformulado pela lei nº 3012 de 24 de agosto de 2005.

Ao CMDRS tem as seguintes Competências: Promover o desenvolvimento rural sustentável do município, assegurando a efetiva e legítima participação das comunidades rurais na discussão e elaboração do plano municipal. A execução, a monitoria e a avaliação das ações previstas no plano municipal de desenvolvimento rural sustentável do município, e dos impactos dessas ações. A inclusão dos objetivos e ações do Plano Plurianual (PPA), na lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Orçamento Municipal (LOA). Ações que revitalizem a cultura local.

O CMDRS é composto por entidades da sociedade civil organizada que estudem e/ou promovam ações voltadas para o apoio e desenvolvimento da agricultura familiar, de órgãos do poder públicos vinculados ao desenvolvimento rural sustentável, e de organizações para-governamentais (tais como: associações de municípios, instituição de economia mista cuja presidência é indicada pelo poder público, etc.), também voltadas para o apoio e desenvolvimento da agricultura familiar.

### **2.3. Os principais debates e entraves ao desenvolvimento dos Conselhos**

É inegável que a construção do CMDRS foi um ponto muito importante para atual democracia brasileira, principalmente pelo fato de ter criado um elo entre a sociedade civil e o governo, possibilitando que sejam debatidos entre esses dois elos os principais temas sobre o desenvolvimento rural. Entretanto alguns autores vêm estudando os principais pontos de entraves desse novo canal de participação.

A vinculação de liberação do PRONAF ao CMDRS é apontada como o principal motivo da ineficácia de alguns conselhos, o pouco tempo entre a liberação do crédito e a criação do CMDRS não permitiu a sensibilização, motivação e divulgação. Dessa forma a criação dos conselhos fica a cargo da administração municipal, que também tem grande influência nas discussões e decisões dos conselhos.

Segundo Silva e Marques (2004), o fato de que, parte do CMDRS nasça vinculada ao recebimento do PRONAF, confere as estes canais uma artificialidade e conseqüentemente uma baixa participação social. Ou seja, quando a construção do CMDRS não é feita á partir da mobilização (de baixo para cima), ele se torna um local de pouca atratividade social, devido ao desinteresse ou mesmo despreparo por parte população. Mas não se pode tomar essa interpretação como unanimidade, porque



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



mesmo um CMDRS construído “de cima para baixo”, pode se tornar um canal efetivo de participação social.

Esses mesmo autores insistem que boas partes dos CMDRS foram criados como uma forma de captação de recursos. Assim, o conselho muda seu foco deixando de ser um espaço para debates democráticos, passando a ser um gestor de um plano com objetivo de trazer fundos, que pode não ser investido no desenvolvimento local, os atores estarão perdendo o seu principal canal de comunicação com estado.

Outro ponto que se é discutido é a participação dos agricultores familiares, o conselho do CMDRS deve ser composto em 2/3 de agricultores familiares, só que a participação desses agricultores se torna limitada, visto que a maioria das assembleias é realizada na sede do município e na maioria das vezes quem arca com as despesas de deslocamento de suas localidades são os próprios agricultores, sendo que, estes são pessoas de baixa de renda, logo esses deslocamentos dificultam a participação dos mesmos nas reuniões. Outro obstáculo enfrentado é o próprio desconhecimento da máquina administrativa, a limitação e até mesmo o baixo poder de argumentação, entres estes que, colocam esses interlocutores em posição inferiorizada em relação aos demais constituintes da assembleia, que por muitas das vezes são representantes do governo.

Em um trabalho realizado no estado do Paraná, pelo consórcio EMATER/DESER (IPARDES, 2001) constatou a baixa participação de comunidades rurais. Dos 20 casos estudados pelo consórcio, em apenas cinco havia participação de integrantes de associação não-integrantes do conselho. Segundo Abramovay (2001), para se quebrar o monopólio de utilização de recursos públicos por parte dos políticos profissionais, torna-se importante que os conselhos abram as suas portas e também promovam mecanismo de atração popular para uma ampla discussão em tornos dos problemas locais.

Para Abramovay (2001), a participação das reuniões tem um custo para o individuo e para que ele faça esse investimento seria necessária a garantia de um retorno, não um retorno financeiro, mas sim uma garantia que a sua participação tenha um retorno, ao longo prazo, de melhoria para sua comunidade.

Para esse autor o CMDRS deveria evitar ser comparado pela população como uma organização política normal, para ser local convidativo para jovens, mulheres e aquelas pessoas que se preocupam com o desenvolvimento rural. Ele cita em seu artigo, que na pesquisa realizada pelo consorcio EMATER/DESER demonstra uma baixa participação desses indivíduos.

O tempo de mandato dos conselheiros e o perfil dos conselheiros são pontos de vasta discussão na literatura brasileira. Os conselheiros indicados têm em média dois anos de mandatos. A renovação dos participantes do CMDRS é baixa, essa renovação na maioria das vezes fica atrelada a mudanças no cenário político municipal. Quando há mudança no Executivo municipal essa renovação é alta.

Outro aspecto abordado é o perfil de cada agente participante, que na maioria das vezes são pessoas de baixa escolaridade ou conhecimentos do meio rural e esta incapacitação muito contribui para ineficácia de alguns CMDRS, sendo importante que estes agentes participem de um curso capacitação. Vale ainda ressaltar que cargos estratégicos do conselho, em sua maioria, são ocupados por representante do poder





**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



público, na pesquisa realizada pelo consórcio EMATER/DESER, metade dos cargos de presidência é ocupado pelo secretário de agricultura da cidade, dos 20 casos analisados pelo consórcio, apenas 6 são ocupados por agricultores. Ainda, 15 dos 20 casos, o cargo de secretário é ocupado pelo técnico da EMATER, Abramovay (2001), cita que em pesquisa realizada pela EMATER-RS, 56% dos casos o cargo de presidência era ocupado pelo secretário de agricultura da cidade, o autor lembra que isso é uma tendência natural, mas um dos objetivos do CMDRS é formar novas lideranças.

As reuniões, muitas das vezes, são mensais e são marcadas por assunto formais, fortalecendo a idéia de que a maioria do CMDR foi criado apenas para elaborar e gerir o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR). Mas vale lembrar que por lei, uma das funções do CMDR é a gestão dos recursos do PRONAF/infra-estrutura, que é feito por meio da elaboração do PMDR.

### 3. MATERIAL E MÉTODOS

O delineamento utilizado para este trabalho é do tipo descritivo e explicativo, e busca analisar, descrever e explicar a organização e funcionamento dos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável. Para tanto direcionamos nossas análises para o método descritivo de Babbie (1983). Considerando o delineamento ou procedimento técnico, classifica-se também como um estudo de caso que segundo Gil (1998) ele “[...] é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo um, ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento [...]”. Ainda o autor define um estudo de caso como “[...] um estudo do conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, família, profissional, instituição social, uma comunidade ou uma nação”.

A pesquisa foi dividida em duas fases: a primeira foi o levantamento de materiais bibliográficos por meio de fontes secundárias, como artigos científicos, livros. E, na segunda fase, foram feitos levantamentos por meio de fontes primárias, a partir de entrevistas com a utilização de questionários o qual se encontra anexado no final deste trabalho, onde foram levantadas questões juntos aos conselheiros do CMDRS de Diamantina. Para a realização da segunda fase, foram às reuniões mensais do CMDRS de Diamantina no período compreendido entre Março de 2007 e Março de 2008 com o intuito de trabalharmos com os questionários previamente elaborados para responder as questões levantadas no nosso trabalho.

Por meio das respostas dos questionários, foi possível tabularmos as informações e realizar a interpretação dos dados, de acordo com os questionamentos levantados nesta pesquisa. Neste trabalho englobamos um total de 20 conselheiros entrevistadas, aos quais 14 eram homens e seis mulheres, em um total de 29 conselheiros existentes no CMDRS de Diamantina.



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentaremos aqui neste tópico os resultados do trabalho de campo, assim como sua sistematização a partir da revisão literária. O Vale do Jequitinhonha ocupa uma área de 85.000 Km<sup>2</sup> na região nordeste do Estado de Minas Gerais, onde vivem aproximadamente 1.000.000 de pessoas, distribuídas em 80 municípios (IBGE, 2000). Segundo Souza (2003) esta região, na maioria das vezes, é retratada pelas imagens difundidas pela imprensa, quase sempre, voltada para a denúncia de suas mazelas, o que tem generalizado o Jequitinhonha como “vale da miséria”, “região problema”, “vale da pobreza”, “uma das regiões mais pobres do planeta”. Contudo, não se trata de deixar de reconhecer os graves problemas que atingem grande parte da população local, mas é preciso considerar que o Vale não é uma região homogênea e que a maioria dessas matérias da imprensa não considera tais diferenças.

Considerando que cerca de 50% da população economicamente ativa dessa região encontra-se na zona rural, a agropecuária constitui uma de suas principais atividades econômica, gerando em 2001, R\$ 398 milhões frente aos R\$ 403,3 milhões da indústria local, conforme dados da CEMIG (2004). Apesar disso, segundo o IBGE (2000) o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH da região, oscila em torno de 0,465, um dos menores do Estado, cuja média encontra-se em torno de 0,750. Portanto, políticas que visem à inclusão social das comunidades desse microcosmo são de extrema valia para o seu desenvolvimento social, econômico, científico e cultural.

A partir de estudos de Ferreira (2002), novas estratégias locais para os países em desenvolvimento vêm redefinir o papel dos municípios como lugar de comando e de gestão sobre o planejamento. Assim, os municípios são elos de uma rede, articulados com o espaço regional e nacional. As articulações do local com o global condicionam as exigências de modalidades de ações a serem programadas e implantadas. A idéia do desenvolvimento que se encerra apenas nos limites administrativos de um município passa a ser excluída.

Destarte, buscando a institucionalização de um espaço para discussão e elaboração de políticas para a agricultura familiar que fossem mais condizentes com suas demandas, foi constituído, em 2001, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Diamantina, Minas Gerais. Atualmente, dentre as 88 comunidades do município, 33 possuem associações agrícolas e não-agrícolas, sendo que, no CMDRS participam os representantes de 22 associações, constituindo 2/3 de representação dos agricultores familiares no conselho, e 1/3 de representação é composto pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – EMATER-MG, o Sindicato de Trabalhadores Rurais, a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, a Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha – FEVALE e a Organização Não-Governamental Projeto Caminhando Juntos – PROCAJ.

A composição do conselho é dada por representação, ou seja, cada instituição participa com um representante. A dinâmica de trabalhos é de reuniões mensais, com excelentes quóruns, conforme pode ser visualizado no Quadro 01, ocorridas na última sexta-feira de cada mês, onde são discutidos aspectos produtivos, de fomento, infraestrutura, armazenamento na região, dentre outros necessários para o desenvolvimento



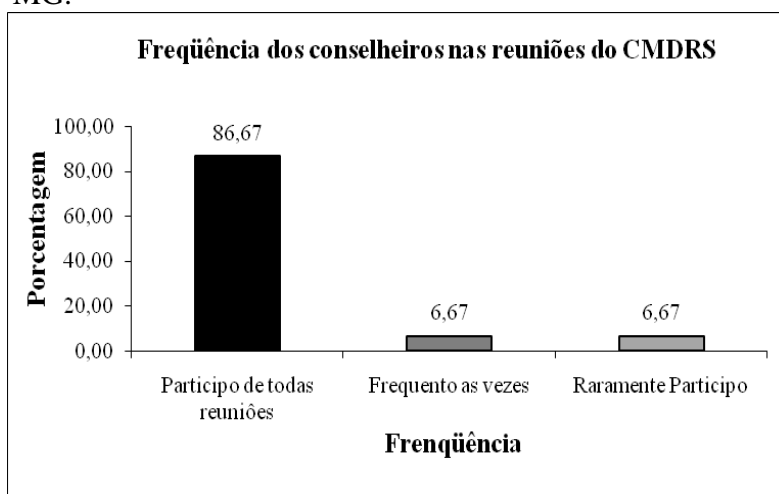
**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



das comunidades; a seguir são elaboradas ações para viabilização das demandas. Ressalta-se que as instituições públicas participantes atuam junto ao conselho tentando viabilizar demandas que vão desde aspectos de produção e pesquisa, no caso da EMATER-MG e da UFVJM, até trabalhos de resgate cultural das comunidades, atividades estas realizadas pela FEVALE e pelo PROCAJ.

**Quadro 01:** Participação dos conselheiros nas reuniões mensais do CMDRS de Diamantina – MG.



Cabe ressaltar que, a partir do ano de 2001, com a nova Lei autodenominada Estatuto da Cidade (lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, em seu artigo 41, inciso I), há exigência de que todos os municípios com mais de 20 mil habitantes consolidem o plano diretor de desenvolvimento, para terem acesso a programas públicos de desenvolvimento e de transferências de recursos federais (BRASIL, 2001). Essa prática reforça o estímulo à elaboração de planos diretores agrícolas municipais, direcionando as políticas urbanas, rurais e de meio ambiente para o desenvolvimento dos municípios.

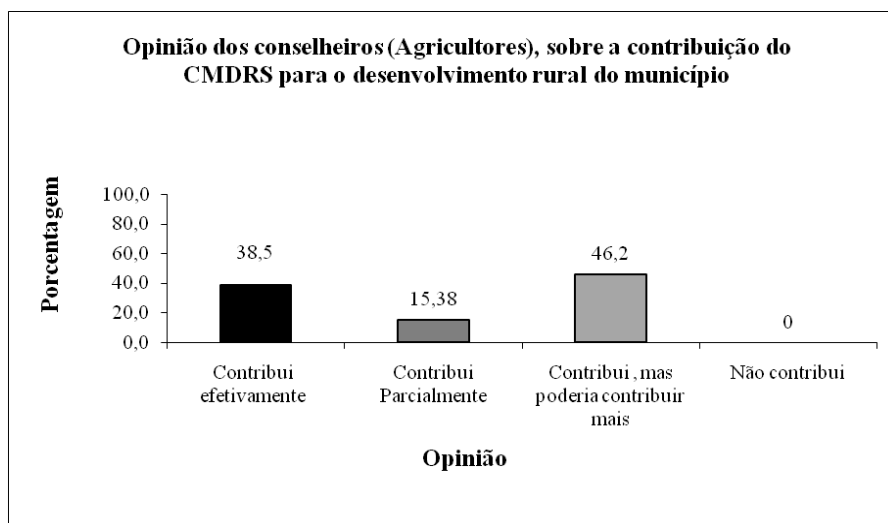
Portanto, o CMDRS de Diamantina providenciou a construção de seu plano, onde houve a participação não somente de seus conselheiros, mas de outros parceiros, como no caso do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – IDENE, na estruturação de objetivos e metas relacionados com o alcance da qualidade de vida e geração de trabalho e renda dos agricultores familiares. Contudo, observou-se que os conselheiros quando indagados, opinavam que a contribuição do CMDRS de Diamantina para o desenvolvimento rural poderia ser maior, como pode ser observado no Quadro 02.

**Quadro 02:** Contribuição do Conselho para o desenvolvimento rural de Diamantina-MG



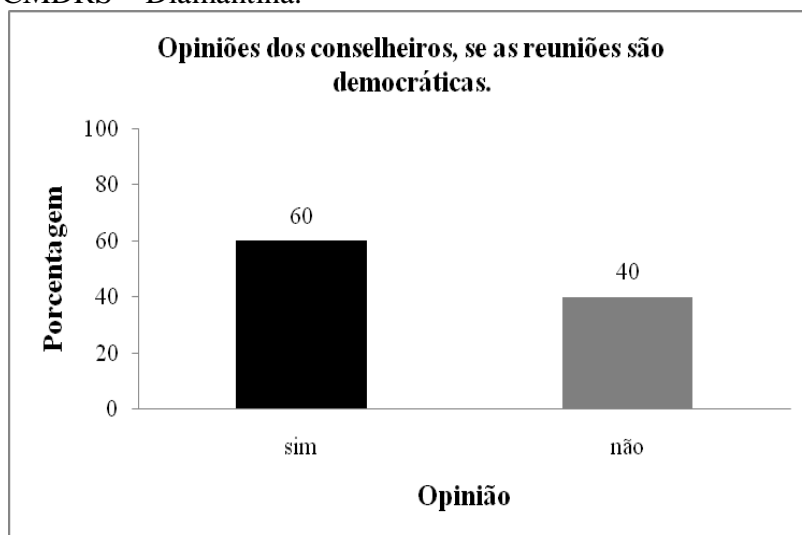
**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



Apesar de todo o discurso entorno da participação os conselheiros tanto os governamentais como os não governamentais a dificuldade de se construir propostas mais democráticas, conforme pode ser visualizada no Quadro 03, uma vez que há desequilíbrio na disponibilização de informações sobre os temas discutidos, ou seja, os conselheiros governamentais já vem munidos para as discussões de informações que a maioria dos demais conselheiros não possuem.

**Quadro 03:** Participação dos Conselheiros no delineamento das decisões durante as reuniões do CMDRS – Diamantina.



Entretanto, apesar das possibilidades do estabelecimento de intervenções mais efetivas no alcance das demandas das comunidades rurais, visualizam-se alguns entraves no processo, quer sejam a questão da própria distância das comunidades do CMDRS, o que, conseqüentemente, impões dificuldades no deslocamento e na



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



participação em reuniões; assim como influências externas quanto à composição do conselho, que podem vir a afetar a legitimidade da chamada democracia representativa.

## 5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa evidenciou que a falácia do modelo de desenvolvimento então dominante, em que, o parâmetro de crescimento econômico, via aumento da produtividade somente, passa a ser redefinida entorno de iniciativas mais sólidas, na busca do empoderamento dos produtores, do processo de construção do seu próprio desenvolvimento. Portanto, tal iniciativa de construção se faz a partir do *locus* de vida e trabalho dos agricultores, para posteriormente influenciar políticas estaduais e nacionais.

Assim, o presente trabalho mostrou que o perfil dos Conselheiros do CMDRS de Diamantina assume um caráter impar frente aos Conselhos de Desenvolvimento por congregar diversos atores sociais, que vão desde universidade federal e particular, até a participação de ONG, Prefeitura e EMATER-MG, o que legitima sobremaneira as ações do lado governamental. Já os representantes não-governamentais mais especificamente os agricultores familiares das associações de produtores rurais, que são a maioria no conselho, se mostra como a grande incentivadora e legitimadora das ações do CMDRS de Diamantina, principalmente devido a sua alta participação apesar das distâncias geográficas entre a sede e o meio rural.

Ainda assim, pode-se constatar a existência de muitos projetos que não têm alcançado resultados concretos em termos de desenvolvimento, decorrência muitas vezes dos prazos e regras delineados pelas agências financiadoras, portanto, a importância da legitimação da democracia representativa. Segundo Oliveira (2004), a legitimação dos Conselhos contribui para o fortalecimento da cidadania e a participação da comunidade, incorporando sugestões e críticas dos atores sociais nas intervenções de desenvolvimento rural sustentável.

Isto é que se pode averiguar de mais positivo no CMDRS de Diamantina, sendo a busca pela autonomia em termos de construção, execução e gestão de projetos de desenvolvimento, além de maior poder de influência junto aos prefeitos quanto às demandas de desenvolvimento rural. Entretanto, cabe notar e superar os entraves à efetividade do CMDRS enquanto espaço propulsor e dinamizador de ações de desenvolvimento. Só assim poderá se contribuir para a superação da problemática do desenvolvimento socioeconômico rural brasileiro.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. In: **Revistas de Estudos Avançados**. v. 15, nº 43. São Paulo: 2001. pp.121-140.





**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



BABBIE, E. **The practice of Social Relations: the structure of inquiry.** 3.ed. California/USA: Wadsworth Publishing Co. Belmont, 1983.

BECKER, D. Capital Social: uma nova derivação da economia de mercado? In: CORREA, Silvio Marcus de Souza. **Capital Social e Desenvolvimento Regional.** Santa Cruz do Sul: ed. EDUNISC, 2003.

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais. **Usina de Irapé.** Belo Horizonte: CEMIG, 2004.

ELSTER, J. **Peças e Engrenagens das Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: ed. Relume Dumará, 1994.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - EMATER-MG. Projeto Inovar: Conselhos Municipais e Planos. In: **Cartilha 3.** Belo Horizonte: EMATER-MG, 2006.

FERREIRA, J. A. **Papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural: a experiência de Espírito Santo do Pinhal.** Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, 2002. 130p.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de pesquisa.** São Paulo: Editora ATLAS, 1998.

IBGE. Censo 2000: **geográfico, municipal e atividades agropecuárias.** Site: <<http://www.ibge.gov.br>> Acessado em: 25 de novembro de 2007.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES. **Caracterização dos conselhos municipais de desenvolvimento rural no Paraná:** Síntese dos principais resultados da pesquisa de campo. Curitiba: Contrato EMATERPR/DESER/PRONAF, 2001.

MATOS, A. G. **Organização social de base: reflexões sobre significados e métodos.** Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD. Brasília: Editora Abaré, 2003. 104p.

OLIVEIRA, Humberto. A gestão social das políticas públicas no meio rural brasileiro. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 252p.

OLSON, M.. **A Lógica da Ação Coletiva.** São Paulo: ed. da USP, 1999.

SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. pp. 9-20

SOUZA, J. V. A. Fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha. In: **Revista Unimontes Científica**. V.5, n.2 Montes Claros: Unimontes, 2003 jul./dez.